

Passado e Presente das Relações Brasil– Argentina

Clodoaldo Bueno



PASSADO E PRESENTE DAS RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA

CLODOALDO BUENO¹

RESUMO:

As relações do Brasil com a Argentina são marcadas, desde o final do século passado, por fases de aproximações e recuos, que dependeram de dificuldades específicas da sub-região e de fatores conjunturais, tanto hemisféricos quanto mundiais. A recente superação da fase de rivalidade entre Brasil e Argentina traduziu-se na formação do Mercado Comum do Sul. Na conferência serão abordados os principais momentos das relações Brasil-Argentina ao longo da história e os desafios que se colocam aos dois países pela nova ordem internacional. As dificuldades externas e internas estimulam o exame da conveniência e dos obstáculos que se apresentam ao andamento do Mercosul que, uma vez consolidado, contribuirá para a modernização das economias dos países que o integram e, conseqüentemente, inseri-las competitivamente no mercado internacional. Espera-se, também, um aumento do poder de barganha da sub-área frente a outros blocos econômicos.

PALAVRAS-CHAVE: relações internacionais; Brasil; Argentina; Mercosul.

Nas análises sobre a formação e as perspectivas do Mercosul, feitas por jornalistas e, até, por alguns politólogos, não raro se desprezam os

¹ Professor Visitante do IEA-USP.

fundamentos de natureza histórica em favor daqueles centrados no presente e sob a égide dos conceitos de globalização e de integração. É necessário recuperar os dados históricos do relacionamento das nações que hoje compõem o Mercado Comum do Sul e discutir se aqueles sempre apontaram no sentido da integração e por conseguinte se permitem, embora precariamente, vislumbrar algumas perspectivas.

Primeira fase da República (1889-1902)

Nascida sob o aplauso de todas as nações do continente, a República, já em 1889, redirecionou as relações internacionais do Brasil para o contexto hemisférico. Os formuladores da política externa brasileira, atentos às razões de ordem econômica e à nova distribuição do poder mundial, enfatizaram as relações com os Estados Unidos e tentaram, ao mesmo tempo, mudar o padrão do relacionamento que era observado pela Monarquia no que dizia respeito aos países do Cone Sul. Se o europeísmo foi uma das características básicas da política externa do Império, o americanismo deveria a partir de então identificar as relações exteriores do Brasil. Não faltou também um fundamento de natureza idealista que justificava a integração ao hemisfério em nome da unidade institucional da América. Chegou-se, até, como o republicano Aristides Maia, a defender a formação de uma confederação sul-americana. O clima de “festa” republicana, ao envolver também a política externa, quase produziu resultados danosos e irreversíveis ao país se não fosse a indignação popular frente ao desastrado Tratado de Montevideu (1890), que poderia ter repartido o território litigioso das Missões entre a Argentina e o Brasil.

O idealismo, todavia, teve pouca duração. Mesmo depois de superada a Questão das Missões pelo arbitramento do presidente dos Estados Unidos, a diplomacia brasileira monitorou com muita atenção os passos da chancelaria da Argentina, sobretudo no referente ao rearmamento naval, ao andamento das suas questões de limites com Chile (a da Patagônia e a da Puna de Atacama), e às suas relações com outros países do Cone Sul. Houve entre Argentina e Brasil uma nítida disputa pela hegemonia sub-regional. Nesta linha, o Rio de Janeiro acompanhava as aproximações do vizinho platino, visto como inimigo provável, com os países de menor expressão territorial na Bacia do Prata, e desenvolvia uma política cordial com o Chile, único país do Cone Sul com força suficiente para, numa eventualidade, enfrentar a Argentina. O país da ultracordilheira era o que se poderia denominar de parceiro estratégico. A imprensa de Buenos Aires vislumbrou nas relações do Brasil com o país transandino a formação de uma verdadeira aliança não escrita. A paz do Cone Sul no início do presente século repousava no padrão das relações Brasil-Argentina e na noção de equilíbrio entre as suas três maiores nações.

No referente às relações comerciais, apesar do expressivo intercâmbio Brasil-Argentina, houve dificuldades de natureza tarifária que afetavam primordialmente o comércio de farinha de trigo. Os exportadores do Prata eram sérios competidores dos norte-americanos no abastecimento do mercado brasileiro. Os assuntos comerciais aparecem urdidos com questões de natureza política e estas apresentavam-se ligadas à conjuntura internacional do Cone Sul, que em dado momento imitou a "política das alianças" então vigente no concerto europeu. A Argentina procurava aproximar-se ou afastar-se do Brasil consoante as suas relações com o Chile, a partir do que se

compreende a mudança na atitude do governo argentino, em 1895, com respeito às quarentenas então impostas aos navios brasileiros. Aquele governo tomou a iniciativa de propor um *modus vivendi* sanitário, bem como cogitou de abolir as quarentenas a fim de atender às "exigências do comércio", além de solicitar ao governo uruguaio a tomada de idêntica medida com referência aos navios oriundos do Brasil.

A preocupação com a reorganização naval argentina demonstra que uma vez passado o período de euforia de solidariedade americana, observada logo após o advento da República, o Brasil, sem abandonar a retórica da amizade, olhava com prudência as aquisições feitas pelo país vizinho. Iniciada a gestão Campos Sales, o novo ministro das relações exteriores, Olinto de Magalhães, reconheceu a necessidade de o País se rearmar, pois estava atento ao fato de a Argentina e o Chile já estarem então bem armados em razão da eventualidade de conflito entre ambos, motivado por questões lindeiras, sobretudo a relativa à Puna de Atacama. Tal necessidade levou o Brasil a declinar do convite para participar da conferência sobre o desarmamento, realizada em 1899 em Haia, convocada por iniciativa do Czar Nicolau II. Não obstante a distinção de o Brasil ter sido o único país sul-americano convidado a participar de tal conferência - distinção que se devia ao fato de ter representação diplomática junto ao Império russo -, não poderia comparecer a fim de não se comprometer com desarmamento no momento em que duas das maiores nações do segmento sul do continente, bem armadas, não eram tolhidas por compromisso dessa natureza.

À medida que se aproxima o alvorecer do novo século aumentam as preocupações relacionadas ao rearmamento, configurando-se um quadro semelhante ao da corrida armamentista e da paz armada européias. Em julho

de 1900, o ministro brasileiro na Argentina, Gonçalves Pereira, informou que neste país se generalizava a idéia de que a campanha a favor do rearmamento, levada a efeito pelo *La Prensa* de Buenos Aires, teria evitado a guerra contra o Chile, reeditando-se, assim, na América, a tese do rearmamento para efeito persuasivo. Para confirmar esse clima de paz armada - que no caso de Chile e Argentina repousava sobre questão concreta -, informou sobre a circulação de boatos não confirmados a respeito da aquisição de dois novos encouraçados de grande porte.

A diplomacia brasileira, portanto, tinha como certo que tais aquisições atendiam a considerações que davam como provável uma guerra entre o vizinho platino e o Chile, mas enxergava no aumento da esquadra argentina, não acompanhado de correspondente ampliação da brasileira, a quebra do equilíbrio de forças no Cone Sul, o que não era interessante para o País.

Uma vez solucionada a Questão das Missões, restaram desavenças comerciais ("guerra de quarentenas" e questões aduaneiras já mencionadas), desapontamentos com respeito à imigração (Brasil e Argentina disputavam os imigrantes europeus) e incidentes de fronteira (freqüentes nos momentos de comoção interna no Brasil), mas estas questões não eram motivos suficientes para levar a uma deterioração das relações entre os dois países. A mútua prevenção decorria da histórica rivalidade que a identidade de instituições políticas não conseguia apagar. Assim, a visita do presidente argentino general Júlio Roca ao Brasil, em agosto de 1899, e de igual modo a de Campos Sales, no ano seguinte, a Buenos Aires, não tiveram significado maior no direcionamento da política exterior do Brasil; restou apenas um saldo de simpatia, de serenamento de ânimos entre as duas maiores repúblicas sul-americanas. Embora não tenha deixado praticamente nada de

concreto, a troca de visitas despertou mal-entendidos que a chancelaria brasileira preferiu esclarecer.

De Santiago, informou o representante brasileiro que na imprensa daquela capital surgiram três tipos de interpretação sobre a visita de Roca: (a) Argentina e o Brasil teriam um plano destinado a fazer oposição aos intentos expansionistas dos Estados Unidos de atingir a América do Sul; (b) os dois maiores países da América do Sul procuravam concertar uma aliança ofensiva-defensiva; (c) a verdadeira finalidade da visita seria o estabelecimento dos fundamentos de um tratado comercial. As duas últimas interpretações, se exatas, corresponderiam a um estreitamento ainda maior no relacionamento Brasil-Argentina, fato que despertava receio no Chile.

A opinião da imprensa chilena é ilustrativa de como, no espaço sul-americano, reeditava-se, também, a noção de equilíbrio de poder então vigente no Velho Mundo.

Os boatos acerca de eventual aliança Brasil-Argentina, em contraposição à influência norte-americana, preocuparam a chancelaria brasileira, pois poderiam, no entendimento desta, produzir efeitos não desejados e prejudiciais à tradicional amizade dos Estados Unidos. Olinto de Magalhães chegou até a instruir a legação em Washington (em 22 de agosto de 1899), com vistas a neutralizar as falsas notícias sobre a citada aliança. As suas instruções determinavam que se desfizessem eventuais desconfianças que pudessem surgir no ânimo do governo daquele país em decorrência dos telegramas das agências noticiosas que faziam circular a informação de que, além de Argentina e Brasil, outros países da América do Sul integrariam a suposta aliança, cuja finalidade seria "garantirem-se contra os Estados Unidos".

Cumpra ainda observar que, no período em exame, a diplomacia brasileira estava atenta a eventuais modificações no *statu quo* territorial da área do Prata, o que, forçosamente, provocaria alteração no equilíbrio de forças regional. Mesmo no período de estabilidade da gestão Campos Sales, de cordialidade com a Argentina, refletida na mencionada troca de visitas presidenciais, não se excluía a atenção constante com o que ocorria à volta do país nem a preocupação com atitudes que pudessem ser traduzidas em pretensões à hegemonia, ou pelo menos ao aumento do quadro de atração do país vizinho, que viesse a afetar os interesses comerciais e políticos do Brasil.

De Rio Branco ao final da Primeira República (1902-30)

Rio Branco (1902-12) não só deu continuidade à aproximação do Brasil aos Estados Unidos, como aprimorou essa diretriz, até porque, a exemplo dos contemporâneos, via a política externa como um instrumento da promoção dos interesses materiais do país. O fomento da agroexportação contribuiu para justificar a aproximação do Brasil aos Estados Unidos, pelo fato de estes já serem então o nosso primeiro comprador de café, sem contar outros produtos. Em troca da livre entrada do café no mercado norte-americano, o governo brasileiro manteve no período Rio Branco a prática de conceder o rebaixamento de 20% na tarifa alfandegária aos produtos originários dos Estados Unidos. O favor tarifário feria os interesses dos exportadores argentinos de farinha de trigo, pois o mercado brasileiro era importante consumidor. Por isso, em 1907 a Argentina sugeriu a assinatura de um tratado de comércio com o Brasil com a finalidade de propor a redução da taxa de importação de alguns produtos, invocando, para tal, favores idênticos aos concedidos aos Estados Unidos.

Segundo Rio Branco, o pensamento do Ministério das Relações Exteriores fora torcido quando se fez constar na imprensa que a redução de 20% decorria de reciprocidade à livre entrada de café nos Estados Unidos. Esta existia, mas não era a razão principal. Assim fosse, o Brasil deveria estender iguais vantagens à Holanda e à Bélgica, países que também davam livre entrada ao mesmo produto. A razão estava no fato de os Estados Unidos comprarem a metade da produção anual do Brasil e não na isenção de direitos de entrada. Para que qualquer país pretendesse receber igual tratamento tarifário do Brasil era necessário que comprasse café brasileiro em proporções que ao menos se aproximassem daquelas dos Estados Unidos. O que não era o caso da Argentina, que importava 120.000 sacas de café por ano, contra 6.100.000 dos Estados Unidos, 2.000.000 da Alemanha, 748.000 da França, 400.000 da Holanda e 300.000 da Bélgica. À exceção dos Estados Unidos, nenhum dos demais países citados tinha suas exportações para o Brasil facilitadas com a redução de 20%. Como, pois, conceder isenção à Argentina, que importava do Brasil apenas “bastante mate, cuja introdução, entretanto, tem ultimamente procurado embaraçar, algum café e muitas bananas”? (Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). Arquivo particular do barão do Rio Branco).

O mercado argentino era muito limitado para os produtos brasileiros. Situação inversa representava o mercado brasileiro para a produção argentina. Rio Branco foi categórico: “A Argentina (...) tem no Brasil o principal ou antes o único mercado para as suas farinhas e (...) vai nele ganhando terreno todos os dias a ponto de haver suplantado completamente as farinhas americanas. Cabe, portanto, à Argentina que nos vende muito e compra pouco, fazer concessões aduaneiras ao Brasil sem nos pedir favores

em troca”. Rematando o argumento, aduziu que no momento em que a Argentina suprimisse os direitos que então cobrava sobre o café, o mate, o açúcar e o cacau do Brasil, e o consumo dos mesmos atingisse níveis comparáveis aos dos Estados Unidos e de alguns países europeus, poderiam os argentinos pleitear algum favor comercial.

Para o então titular do Itamaraty tais acordos “são sempre objeto de demorados e refletidos exames” e “nenhum país se deixa levar nestes assuntos pelo sentimentalismo ou por espírito de camaradagem. Todos procuram atender aos seus interesses”. Apesar de o Brasil ser e desejar ser sempre bom amigo da Argentina, a amizade não entraria em conta em questões de intercâmbio comercial. Insistia: “Não é o Brasil que tem de dar compensações ao fraco comprador que é para nós a República Argentina: é ela que deve dar compensações ao grande comprador de produtos argentinos que é o Brasil”. (AHI. Arquivo particular do barão do Rio Branco). Além disso, lembrava-se o Chanceler, a proximidade do porto de Buenos Aires do mercado brasileiro barateava os fretes, o que dava aos seus exportadores de farinha vantagem sobre os concorrentes norte-americanos.

A redução de 20% nos direitos de entrada concedida aos artigos de procedência norte-americana foi motivo para o *A Tribuna* do Rio de Janeiro abrir polêmica com o *Jornal do Commercio*, também do Rio, e que representava o ponto de vista do governo brasileiro. Aquele jornal defendeu a extensão do benefício às farinhas argentinas, com um argumento sério (embora em tese, uma vez que o mercado argentino jamais iria se equiparar ao norte-americano na demanda de café): não deveria o Brasil se prender de modo exclusivo ao mercado norte-americano. Segundo o *A Tribuna*, o argumento de que países pouco populosos e por isto mesmo com menor

capacidade de consumo não poderiam gozar do benefício da redução que a lei facultava ao Poder Executivo não procedia, pois importava “condenar o Brasil a viver só do café e na dependência exclusiva do mercado norte-americano para os nossos produtos”. (*A Tribuna*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1907).

Os dados de natureza econômica e política se cruzavam, pois o Brasil, além de defender a manutenção dos privilégios alfandegários para seus produtos tropicais no mercado dos Estados Unidos, alimentava a ilusão de ter este país como aliado nos seus cálculos geopolíticos e na defesa da soberania territorial na hipótese de atentados perpetrados por potências imperialistas européias.

Durante praticamente toda a República Velha, o governo brasileiro renovou, a cada exercício fiscal, o rebaixamento dos direitos alfandegários que incidiam sobre as mercadorias de procedência norte-americana. Tal circunstância, todavia, não impediu que a Argentina ocupasse, juntamente com a Alemanha, a Inglaterra e a França, ao longo do período, as primeiras posições, depois dos Estados Unidos, no rol dos exportadores de mercadorias para o Brasil.

De Vargas à Política Externa Independente

Embora a amizade Brasil-Argentina se assentasse num intercâmbio comercial expressivo, o contexto externo, tanto o contíguo quanto o mundial, e a instabilidade política interna no Prata provocavam oscilações no relacionamento dos dois países, fazendo com que esse se alternasse das atitudes de prevenção e disputa da hegemonia sub-regional às expansões de amizade e promessas de amor eterno, como a de Roque Sáenz Peña: “tudo

nos une, nada nos separa”. Assim transcorreram as relações Brasil-Argentina, até recentemente.

Esse padrão de relações não se alterou, mesmo no período Vargas (1930-45). No início deste, houve melhora nas relações, sobretudo quando da atuação dos chanceleres Macedo Soares e Saavedra Lamas na mediação da Guerra do Chaco e da assinatura, em 1935, do protocolo para a construção da ponte internacional sobre o Rio Uruguai e da troca de visitas presidenciais. Os dois países, contudo, disputaram a liderança sub-regional, mormente durante a conjuntura da Segunda Guerra Mundial.

A partir da gestão de Juscelino Kubitschek (1956-60) as relações do Brasil não só com a Argentina, mas com toda a América Latina entraram numa nova fase, uma vez que elas faziam parte do projeto nacional de desenvolvimento. O presidente brasileiro deu ênfase à aproximação da Argentina, Bolívia e Paraguai. A Operação Pan-Americana por ele lançada em 1958 teve uma abrangência latino-americana. Tanto é assim que um dos resultados visíveis da OPA foi a criação da Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC), pelo Tratado de Montevideu de 1960.

Jânio Quadros (1961) deu continuidade à política de aproximação com a nação platina e firmou com o presidente Arturo Frondizi o Acordo de Amizade e Consulta e duas declarações (uma econômica e outra política) em Uruguiana, Rio Grande do Sul, em abril de 1961. Neste mesmo ano começou a se reunir o Grupo Misto de Cooperação Industrial Brasil-Argentina, que fora criado em 19 de setembro de 1958, na gestão JK.

A renúncia de Jânio não provocou alteração na política externa. Atos visíveis dessa continuidade foram a Declaração do Galeão assinadas pelos presidentes Goulart e Frondizi, em 24 de setembro de 1961, e a declaração

conjunta firmada pelos ministros das relações exteriores (San Tiago Dantas e Miguel Angel Cárcano), em Buenos Aires, na qual se reafirmou o entendimento entre os dois países. A intenção era desenvolver uma zona de livre comércio. Parecia estar superada a fase de rivalidade em favor da integração. Esta era quase que um imperativo em razão da complementaridade entre as duas economias. Brasil e Argentina deveriam formar o núcleo de um grande mercado latino-americano.

A rivalidade nos períodos militares

Durante os períodos militares nos dois países, houve um novo surto de rivalidade sobretudo em razão do contencioso que se criou em torno do aproveitamento dos recursos hídricos do Rio Paraná. O Brasil teve, por conta disso, problemas na esfera multilateral, especialmente na Conferência Mundial do Meio Ambiente de Estocolmo, em 1972, quando a Argentina defendeu a tese da consulta prévia e das informações técnicas que um país deveria prestar a outro no caso de aproveitamento de recursos naturais compartilhados.

Uma vez superada a questão da construção de Itaipu (Acordo Tripartite de 1980) houve um verdadeiro ponto de inflexão nas relações dos dois maiores países da América do Sul. Lafer (1997:60) destaca, na reaproximação Brasil-Argentina, o respaldo do primeiro às reclamações argentinas por ocasião da Guerra das Malvinas (1982) e os fatos derivados da democratização ocorrida nos dois países em meados da década de 1980: “a ênfase no desenvolvimento, a democracia, o controle civil do exército eo desenvolvimento de uma relação transparente e confiável na esfera nuclear” Tudo isso levou ao Tratado sobre Integração, Cooperação e Desenvolvimento

assinado em 29 de novembro de 1988 por Sarney e Afonsín em Buenos Aires.

Mercosul: coroamento da integração

Não obstante as importantes relações comerciais Brasil-Argentina que vinham desde o século XIX - decorrentes da proximidade geográfica e da intercomplementaridade -, não se verificou até o passado recente tentativas sérias tendentes a integrar as economias dos dois países. Estes tinham função similar no sistema capitalista do Atlântico, o que obscurecia as potencialidades da integração regional, não obstante as propostas lúcidas, como a de Assis Brasil, feitas já no final daquele século. Ninguém escapa do seu tempo e dos modismos deste. É na esteira do fim da guerra fria e da aceleração da distensão nuclear, da globalização e da formação dos megablocos que se dá a composição do Mercosul. Mas, na integração do Mercosul há algo mais: o lastro histórico, a tendência natural de aproximação existente entre os povos dos países que o integram, mormente entre os da Argentina e do Brasil. É este lastro que explica a rapidez e o sucesso do processo de integração, que, neste momento, abrange quase todos os países do Cone Sul.

Uma rápida observação da história das relações bilaterais daqueles dois países no período recente permite também concluir que nos momentos de abertura e de governos normalmente chamados de progressistas no Brasil houve uma aproximação maior com a América Latina em geral e com a Argentina em particular, como demonstram os esforços da Política Externa Independente de Quadros e Goulart. Após os governos militares, a reaproximação dos dois países, a partir das gestões de José Sarney e Raúl

Alfonsín, levou ao Tratado de Assunção (1991), verdadeira queda do "muro" que, guardadas as devidas proporções, existia entre Argentina e Brasil. As semelhanças atuais entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Carlos Menem mantêm e aperfeiçoam esta tendência.

No momento em que o mundo se organiza em megabloques, o Mercosul aumenta o poder de barganha das nações que o integram e retiram destas, como já se afirmou, a sensação de isolamento e de que se estava perdendo o bonde da História. O Mercosul assenta-se numa retórica moderna, num corpo de idéias que atualiza as relações entre os países do Cone Sul. No final do século XIX e no período anterior à Primeira Guerra, a moda eram os tratados de aliança, as *ententes*, os pactos de cordial inteligência, a corrida aos armamentos, à noção de equilíbrio. Brasil, Argentina e Chile passaram por tudo isso, numa política de imitação, desde o armamentismo ao pacto do ABC em 1915. Felizmente, a palavra de ordem hoje é o integracionismo e este é, espera-se, uma etapa para a grande integração universal. Mas o Mercosul não decorre apenas disso, isto é, de uma conformação artificial ao mundo de hoje; é o aprofundamento de uma integração suave (*soft*), informal, preexistente no aspecto comercial. Nos aspectos políticos e social, a integração é mais complicada. Nestes ainda prevalecem os efeitos do isolamento político dos integrantes do Mercosul e, sobretudo, os da rivalidade entre Argentina e Brasil.

Os desafios do Mercosul

Isto posto, vou alinhar algumas razões que militam contra o Mercosul, para, em seguida, apontar umas perspectivas:

As grandes diferenças, tanto econômicas quanto sociais, entre as nações que compõem o bloco são obstáculos a uma integração que ultrapasse a esfera comercial. Pode-se imaginar a reação que a livre migração e circulação de trabalhadores provocaria em determinadas regiões ou países da área considerada. Além disso, um regime de livre-mercado acentuaria essas diferenças em razão da falta de uma efetiva concorrência entre alguns segmentos da área produtiva.

A política cambial foi uma grande dificuldade. De qualquer forma, não se pode desprezar o fato de que a mesma está sujeita às concepções daqueles que exercem o poder transitoriamente. Uma possível maxidesvalorização do peso criará problemas ao Brasil, que, reciprocamente, pode provocar, caso haja mudança drástica na política cambial, transtornos à economia do vizinho platino. Esta circunstância, todavia, é um dado positivo, pois poderá ser um freio a alterações repentinas nessa área.

Outro desafio é a capacitação tecnológica, uma vez que um dos objetivos da integração em curso é a transformação das economias nacionais pelo progresso técnico e, como decorrência, inseri-las competitivamente no mercado internacional. Para se evitar a reedição das “indústrias artificiais”(a respeito das quais houve amplo debate no Brasil do século XIX) não são suficientes *regras de origem*. É preciso criar programas regionais de desenvolvimento científico e tecnológico para adaptar as empresas ao novo paradigma produtivo que se observa no mundo. Ao lado disso, há necessidade de se investir também em programas educacionais, uma vez que estes levam ao aumento da produtividade.

Depois destes apontamentos, podemos fazer outro tipo de reflexão e tentar vislumbrar algumas perspectivas.

Hoje há uma convergência relativa a respeito do modelo de desenvolvimento nacional sobretudo entre os dois maiores parceiros do Mercosul. Todavia, uma guinada política em um deles poderá trazer problemas ao processo de integração. Na União Européia houve convergência neste aspecto, sobretudo na sua primeira fase, caracterizada pelo intervencionismo na esfera agroindustrial. No Mercosul as decisões neste aspecto, como em outros, são mais difíceis de serem tomadas em razão do pequeno número de participantes e do direito de veto de cada um destes, e da falta de um organismo permanente supranacional.

Argentina e Brasil põem em prática planos de estabilização, com modernização, privatização, redução de tarifas, mas estes por si sós não são suficientes para a retomada do desenvolvimento. Necessita-se de uma política industrial e tecnológica comum.

Os países sul-americanos, de modo geral, carecem de estabilidade em termos de perspectivas estratégicas de desenvolvimento. A continuidade está sujeita a plebiscito a cada eleição presidencial, tanto na Argentina quanto no Brasil. O avanço e a consolidação do Mercosul depende muito ainda daqueles que ocupam transitoriamente o poder executivo dos países envolvidos, sobretudo na Argentina, onde a política externa é presidencial e ainda depende muito da cosmovisão do primeiro mandatário. Além disso, os estados de consciência da sociedade argentina são um tanto inconstantes. (Cf. Borón, 1992, p.116,). Para que o Mercosul não se reverta é preciso que ele não seja apenas um projeto de políticos e empresários. É necessário que os seus benefícios sejam sentidos por toda a sociedade, inclusive para que esta demande do Estado, no caso do Brasil, as reformas administrativas e

institucionais necessárias para torná-lo mais ágil e adequado aos novos tempos, regidos pela idéia de integração.

Por todas essas razões, a integração deve ser cautelosa, realista, sem retórica e sem tiradas de entusiasmo. Tais arrebatamentos só nos tem prejudicado. É preciso aguardar a plena manifestação de todos os efeitos do que já foi até aqui convencionado para se determinar os próximos passos.

A cautela é necessária porque em um bloco de nações, mais cedo ou mais tarde, quando acabam as juras de amor, se manifesta a questão da hegemonia intra-bloco. A recente controvérsia (agosto de 1997) levantada pelo presidente Carlos Menem da Argentina a respeito da candidatura do Brasil a membro permanente do Conselho de Segurança da ONU é, nesse sentido, uma indicação que não pode ser desprezada, sobretudo se se observar que em 1991, o atual chanceler argentino Guido Di Tella afirmou a situação de liderança regional de seu país: “ Nuestra política de cara al mundo nos pone en una situación de liderazgo en ela región porque nos hemos adelantado a cambios, que en la mayor parte de la región se están viviendo como imprescindibles. Lejos de alejarnos de América Latina, pues, asumimos el rol de vanguardia al que aspiramos”.(Apud Pérez Llana, 1992, p.94) Se Brasil e Argentina forem além da integração comercial não se descarta o surgimento de problemas por conta de antigas, inúteis e desgastantes rivalidades. Em razão do peso de Argentina e Brasil no Cone Sul, pode-se afirmar que o sistema de relações vigente na virada do século XIX para o XX continua em vigor: a integração e o equilíbrio do Cone Sul dependem do padrão das relações que se processam entre Argentina e Brasil.

FONTES

- Anais da Câmara dos Srs. Senadores - Constituinte -1890.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891, v.1, apêndice.
- Anais do Congresso Nacional Constituinte - 1891.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891, v.2.
- Anais da Câmara dos Deputados, 1891-1902.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- Anais do Senado, 1891-1902.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- Arquivo Histórico do Itamaraty. Correspondência diplomática de Buenos Aires, Santiago e Washington. Arquivo particular do barão do Rio Branco.
- Manifesto Republicano de 1870. *Documentação e atualidade política.* Brasília, 11:3-12, 1980.
- Mensagem de Campos Salles ao Congresso Nacional, 3 maio 1899.
- Jornais: *Jornal do Commercio* e *A Tribuna*, Rio de Janeiro.
- Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1891-1902/3.*

BIBLIOGRAFIA

- ABDENUR, R. *Cuadernos del Parlatino*, nº6, p. 18. (II Foro Mercosur Nafta, 27-28 out. 1994).
- ALMEIDA, P. R. *O Mercosul no contexto regional e internacional.* São Paulo: Edições Aduaneiras, 1993.
- ALVAREZ, G.L. & SACCONI, M.A. El Mercosur - una perspectiva desde Argentina. In CONSELHO Brasileiro de Relações Internacionais. *Mercosul: desafios a vencer.* São Paulo: 1994, p.37-54.
- AMARAL JÚNIOR, A. Mercosul: questões políticas e institucionais. In: CONSELHO Brasileiro de Relações Internacionais. *Mercosul: desafios a vencer.* São Paulo, 1994.
- AZAMBUJA, M. C. La alianza Brasil Argentina. *Archivos del Presente*, 2(8):77-83, 1997.
- _____. O relacionamento Brasil-Argentina: de rivais a sócios. In: FONSECA JÚNIOR & CASTRO, S. H.N. (orgs.). *Temas de política*

- externa brasileira II*. Brasília: FUNAG; São Paulo: Paz e Terra, 1992, v.2, p.65-71.
- BANDEIRA, M. *O eixo Argentina-Brasil; o processo de integração da América Latina*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.
- BEIRED, J.L.B. "A Grande Argentina": os nacionalistas e o sonho de potência latino-americana. Comunicação a ser apresentada ao seminário da Commission of History of International Relations. Buenos Aires, set., 1997 (mimeo.) (originais cedidos pelo autor)
- BIZZOZERO, L. Muros antigos e novos no sistema internacional. *Contexto internacional*, 17(1): 115-140, 1995.
- BORÓN, A. Las transformaciones del sistema internacional y las alternativas de la política exterior argentina. In: RUSSEL, R. (org.). *La política exterior argentina en el nuevo orden mundial*. Buenos Aires: FLACSO/Grupo Editorial Latinoamericano, 1992.
- BUENO, C. *A República e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: Ed. UNESP/IPRI, 1995.
- CERVO, A. L. & BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.
- FONSECA JÚNIOR, G. Notas sobre os processos de integração e a ordem internacional. In: CONSELHO Brasileiro de Relações Internacionais. *Mercosul: desafios a vencer*. São Paulo, 1994.
- GOITIA, V. Brasil supera Nafta e torna-se maior parceiro. *O Estado de S. Paulo*, 14 maio 1995.
- GRANDI, J. & SCHUTT, D. O Mercosul em 1996: consolidação ou incerteza? Notas sobre as conquistas e dificuldades de uma união aduaneira em formação. *Contexto Internacional*, 18(2):329-353, 1996.
- HILTON, S. Brasil-Argentina. In: JAGUARIBE, H. e outros. *Leituras de política internacional*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p.101-118.
- HIRST, M. & PINHEIRO, L. A política externa do Brasil em dois tempos. *Revista brasileira de política internacional*, 38(1): 5-23, 1995.
- HURRELL, A. O ressurgimento do regionalismo na política mundial. *Contexto internacional*, 17(1): 23-59, 1995.
- LAFER, C. La problemática argentino brasileña. *Archivos del Presente*, 2(8): 59-75, 1997.
- _____. Sentido estratégico do Mercosul. In: CONSELHO Brasileiro de Relações Internacionais. *Mercosul: desafios a vencer*. São Paulo, 1994, p.9-11.

- MELLO, L. I. A. *Argentina e Brasil - a balança do poder no Cone Sul*. São Paulo: Annablume, 1996.
- PEÑA, F. *Cuadernos del Parlatino*, nº6 (II Foro Mercosur Nafta, 27-28 out. 1994).
- PÉREZ LLANA, C. La nueva agenda internacional y la política exterior argentina. In: RUSSEL, R. (org.). *La política exterior argentina en el nueva orden mundial*. Buenos Aires: FLACSO/Grupo Editorial Latinoamericano, 1992.
- RAPOPORT, M. *¿Aliados o neutrales? La Argentina frente a la Segunda Guerra Mundial*. Buenos Aires, Eudeba, 1988.
- SAUER, E. L. *A disputa pela sub-hegemonia regional (1942-45): o Brasil perante a neutralidade argentina*. Porto Alegre, PUC/RS, 1993. (Dissertação-mestrado).
- SETTI, A. L. G. *Pacto ABC: as relações Brasil-Argentina na década de 1950*. Porto Alegre, PUC/RS, 1991. (Dissertação-mestrado).
- SVARTMAN, E. M. *A elite diplomática brasileira e as visões sobre a Argentina durante o Estado Novo*. Porto Alegre, UFRS, 1996. (Dissertação-mestrado).
- TACHINARDI, M. H. Mercosul: desafios e oportunidades. *Política externa*, 3(4): 79-89, 1995.
- VIZENTINI, P. G. F. *Relações internacionais e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1995.

Universidade de São Paulo

Reitor: Flávio Fava de Moraes

Vice-reitora: Miriam Krasilchik

Instituto de Estudos Avançados

Conselho Deliberativo:

Umberto Giuseppe CordaniI (Diretor)

Alfredo Bosi (Vice-diretor)

Gilberto Dupas - Economista

Henrique Fleming

Maria Victória de Mesquita Benevides

Renato Helios Migliorini

Ricardo Hernán Medrano – FAU-USP

Walter Colli